



Simulado Final

CGU

Auditor Federal de Finanças e Controle
Área: Correição E Combate À Corrupção
Pós-Edital

Simulado Especial

Simulado Final CGU – Cargo: Auditor Federal de Finanças e Controle – Área: Correição e Combate à Corrupção

Nome:

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da CGU;
- 2 – A prova contém **110 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com 05 alternativas;
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog da Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog da Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK –

<https://bit.ly/Simulado-CGU-Correição-e-Combate-à-Corrupção-12-03-22>

01 – A B C D E 23 – A B C D E 45 – A B C D E 67 – A B C D E 89 – A B C D E
02 – A B C D E 24 – A B C D E 46 – A B C D E 68 – A B C D E 90 – A B C D E
03 – A B C D E 25 – A B C D E 47 – A B C D E 69 – A B C D E 91 – A B C D E
04 – A B C D E 26 – A B C D E 48 – A B C D E 70 – A B C D E 92 – A B C D E
05 – A B C D E 27 – A B C D E 49 – A B C D E 71 – A B C D E 93 – A B C D E
06 – A B C D E 28 – A B C D E 50 – A B C D E 72 – A B C D E 94 – A B C D E
07 – A B C D E 29 – A B C D E 51 – A B C D E 73 – A B C D E 95 – A B C D E
08 – A B C D E 30 – A B C D E 52 – A B C D E 74 – A B C D E 96 – A B C D E
09 – A B C D E 31 – A B C D E 53 – A B C D E 75 – A B C D E 97 – A B C D E
10 – A B C D E 32 – A B C D E 54 – A B C D E 76 – A B C D E 98 – A B C D E
11 – A B C D E 33 – A B C D E 55 – A B C D E 77 – A B C D E 99 – A B C D E
12 – A B C D E 34 – A B C D E 56 – A B C D E 78 – A B C D E 100 – A B C D E
13 – A B C D E 35 – A B C D E 57 – A B C D E 79 – A B C D E 101 – A B C D E
14 – A B C D E 36 – A B C D E 58 – A B C D E 80 – A B C D E 102 – A B C D E
15 – A B C D E 37 – A B C D E 59 – A B C D E 81 – A B C D E 103 – A B C D E
16 – A B C D E 38 – A B C D E 60 – A B C D E 82 – A B C D E 104 – A B C D E
17 – A B C D E 39 – A B C D E 61 – A B C D E 83 – A B C D E 105 – A B C D E
18 – A B C D E 40 – A B C D E 62 – A B C D E 84 – A B C D E 106 – A B C D E
19 – A B C D E 41 – A B C D E 63 – A B C D E 85 – A B C D E 107 – A B C D E
20 – A B C D E 42 – A B C D E 64 – A B C D E 86 – A B C D E 108 – A B C D E
21 – A B C D E 43 – A B C D E 65 – A B C D E 87 – A B C D E 109 – A B C D E
22 – A B C D E 44 – A B C D E 66 – A B C D E 88 – A B C D E 110 – A B C D E

LÍNGUA PORTUGUESA

Adriana Figueiredo e Luiz Felipe Durval

TEXTO I

01. "Os encantos da cidade não deixavam a solidão predominar. 'Eram dias de alegria que contagiavam os habitantes dali', dizia um certo historiador, ressaltando que o estilo de vida era o principal atrativo de Sertãozinho".

Abaixo propomos uma série de modificações para os componentes desse segmento do texto. A única modificação que se mostra adequada é:

- a) dizia um certo historiador / dizia um historiador certo.
- b) a solidão predominar / que a solidão predominasse.
- c) ressaltando que o estilo de vida / quando ressaltou que o estilo de vida
- d) que contagiavam os habitantes dali / que dali contagiavam os habitantes
- e) Eram dias de alegria que contagiavam os habitantes dali / os habitantes dali eram contagiados pelos dias de alegria

02. A frase abaixo em que foi corretamente indicado o termo referido pelo vocábulo em destaque é:

- a) Prefiro usar os dados a deixá-los sem aplicabilidade / dados
- b) Todos sabiam onde o investimento era melhor aplicado / investimento
- c) Desorganização é um defeito que deve ser avaliado / desorganização.
- d) Disseram que eles não venceriam a competição / disseram
- e) Estude os novos modelos de negócios e certamente os dominará / negócios

03. A frase abaixo em que foi empregada a forma correta do vocábulo é:

- a) Ao fazer a ultrapassagem, o condutor cometeu inflação grave.
- b) a) Pela sua atitude, foi taxado de egoísta.
- c) Aqueles homens foram presos em fragrante pelo roubo praticado.
- d) Enquanto a palestra não começava, os anfitriões comprimentavam os convidados.
- e) Para que todos alcançassem, precisaram arriar o balcão.

TEXTO PARA AS QUESTÕES 4, 5 E 6

Depois de um ano de festa para muitos burocratas do governo que voaram em missões oficiais e até foram fotografados em momentos de lazer nesses compromissos, a CGU decidiu recentemente estipular regra para colocar alguma ordem na bagunça, controlando o destino do orçamento público.

Além de obrigar os agentes públicos a divulgarem suas agendas de trabalho pelo sistema e-Agendas, o órgão determinou que as audiências com representantes de empresas privadas sejam divulgadas e, em caso de recebimento de presentes, que o agrado também seja detalhado na plataforma.

As viagens realizadas no exercício da função pública também precisarão constar no sistema. "O e-Agendas será disponibilizado, gerenciado e mantido pela Controladoria-Geral da União. Os registros deverão permanecer disponíveis para visualização e consulta, em transparência ativa e em formato aberto, pelo período mínimo de cinco anos", diz a CGU.

Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna>. Adaptado.

<p>04. Assinale o trecho do texto em que ocorre uma avaliação do autor sobre o tema tratado.</p> <p>a) "a CGU decidiu recentemente estipular regra para colocar alguma ordem na bagunça"</p> <p>b) "o órgão determinou que as audiências com representantes de empresas privadas sejam divulgadas"</p> <p>c) "Os registros deverão permanecer disponíveis para visualização e consulta"</p> <p>d) "As viagens realizadas no exercício da função pública também precisarão constar no sistema"</p> <p>e) "foram fotografados em momentos de lazer nesses compromissos"</p> <p>05. No texto, observemos os seguintes exemplos: "agendas de trabalho" e "recebimento de presentes". Nos dois segmentos há o emprego da preposição DE, sendo que só no segundo caso ela é obrigatória, já que é exigida pelo verbo anterior.</p> <p>A frase abaixo em que a preposição DE tem uso <u>obrigatório</u> é:</p> <p>a) Sua presença será <u>de</u> grande ajuda.</p> <p>b) O sistema <u>de</u> informações de diversas empresas está fora do ar.</p> <p>c) Havia grande aglomeração antes do início da partida <u>de</u> futebol.</p> <p>d) Esse era o sentimento presente em todos que estavam longe <u>de</u> casa.</p> <p>e) Especialistas dizem que móveis <u>de</u> madeira duram mais.</p> <p>06. A principal intenção do texto é</p> <p>a) descrever o funcionamento do sistema e- Agendas.</p> <p>b) denunciar o mau uso do dinheiro público.</p> <p>c) narrar o comportamento antiético de agentes públicos.</p>	<p>d) estabelecer a função da CGU no que tange à atividade de controladoria.</p> <p>e) noticiar medidas de controle dos gastos públicos.</p> <p>TEXTO PARA AS QUESTÕES 7 e 8</p> <p>Na sexta-feira (10), a <u>Polícia Rodoviária Federal (PRF)</u> e a <u>Controladoria-Geral da União (CGU)</u> sofreram <u>ataques cibernéticos</u>. Os órgãos confirmaram os casos nesta terça-feira (14).</p> <p>Segundo a PRF, o "incidente de segurança", como foi chamado, afetou uma das bases de dados da instituição, o que provocou a indisponibilidade de alguns sistemas, dentre eles o SEI (Sistema Eletrônico de Informações), utilizado para efetuar petições eletrônicas. "Desde o momento que o incidente foi identificado, este foi imediatamente bloqueado. Equipes de técnicos da PRF estão trabalhando ininterruptamente para restaurar seus sistemas através dos back-ups, necessitando ainda de um prazo de 48h", disse a instituição. O caso está sendo investigado pela Polícia Federal e acompanhado pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI).</p> <p>A Controladoria-Geral da União (CGU) informou à CNN que o órgão também sofreu ataque cibernético no dia 10 de dezembro. Segundo a assessoria da pasta, nenhum dado foi perdido e todos os sistemas funcionam normalmente no momento. O órgão diz que está buscando mais informações com a área técnica.</p> <p>O <u>Ministério da Saúde foi vítima de virtuais</u> <u>também na sexta-feira (10)</u>. Os ataques foram contra plataforma ConecteSUS, utilizada pelos brasileiros para comprovar vacinação contra a <u>Covid-19</u>.</p> <p>Na segunda (13), o <u>Ministério confirmou um</u> <u>segundo ataque</u> contra sua base de dados.</p> <p>Nesta segunda-feira (13), o <u>site da Câmara Municipal do Rio de Janeiro foi invadido por hackers</u>. O problema foi constatado por funcionários do legislativo carioca nas primeiras horas da manhã.</p>
---	---

<p>07. Considerando o trecho "A Controladoria-Geral da União (CGU) informou à CNN que o órgão também sofreu ataque cibernético no dia 10 de dezembro", assinale a alternativa mais adequada.</p> <p>a) O emprego do acento grave em "à CNN" está incorreto, uma vez que não ocorre crase diante de sigla.</p> <p>b) A oração "o órgão também sofreu ataque cibernético" está na voz passiva.</p> <p>c) O emprego de uma vírgula após "cibernético" prejudicaria a correção gramatical.</p> <p>d) O trecho "informou à CNN que o órgão" deveria ser reescrito, para o uso de uma regência mais formal do verbo, da seguinte forma: informou a CNN de que o orgão.</p> <p>e) A forma verbal "informou" apresenta um complemento oracional.</p> <p>08. O texto é predominantemente</p> <p>a) narrativo-expositivo, pois narra os ataques cibernéticos.</p> <p>b) dissertativo-expositivo, pois discorre sobre o incidente de segurança.</p> <p>c) descriptivo, pois descreve as consequências do ataque.</p> <p>d) dissertativo-argumentativo, pois cita argumentos de autoridade.</p> <p>e) injuntivo, pois expressa ordens dadas pela Polícia Rodoviária Federal.</p> <p>09. A frase abaixo que NÃO se estrutura com base numa oposição é:</p> <p>a) O inocente se desprende de suas amarras; caminha por vias tortuosas o culpado.</p> <p>b) A perda ensina-nos a valorizar o que se ganha.</p> <p>c) Quando a luz toca o chão, a escuridão da noite completa sua despedida.</p>	<p>d) A desigualdade entre os povos não está em sua completude materializada.</p> <p>e) Segue as lições do professor o aluno consciente.</p> <p>10. Dos vocábulos abaixo, o único que apresenta mais de uma forma plural é</p> <p>a) vilão.</p> <p>b) sótão</p> <p>c) escrivão</p> <p>d) canção</p> <p>e) visão</p> <p>11. O par de frases abaixo que mostra uma relação de causa/efeito é:</p> <p>a) João chegou ao trabalho cansado / João não dormiu a noite toda</p> <p>b) O festival de música durava uma semana / Não era fácil organizar o festival</p> <p>c) A sala de aula estava cheia / Muitos alunos estavam presentes.</p> <p>d) A limpeza urbana está precária / Não há concurso para agente de limpeza urbana há anos.</p> <p>e) Recife é um dos principais destinos dos brasileiros / As praias de Recife são lindas.</p>
--	---

12. "Destinada àqueles que sofreram com os recentes desastres naturais, a ajuda humanitária chegou de helicóptero à região". Nessa frase, há dois casos de emprego correto do acento grave indicativo da crase. Assinale a opção que indica a frase em que esse acento está empregado incorretamente.

- a) A cidade fica mais bonita à noite.
- b) A notícia chegou à pequena cidade de imigrantes.
- c) Nos últimos tempos, eventos ligados à mudanças climáticas tornaram-se mais evidentes.
- d) Ao filho ensinou gentileza; à filha ensinou perseverança.
- e) Os trajes não estavam à altura do jantar.

13. Segundo a gramática tradicional, na formulação de uma das frases abaixo há um erro gramatical. Assinale a opção que apresenta esse erro.

- a) Os especialistas precisaram o local de armazenamento das substâncias.
- b) O agente público visava ao mais alto cargo de sua unidade.
- c) A multidão reparava no nervosismo daqueles que conduziam o espetáculo.
- d) Os idosos queriam muito bem àqueles que lhe respeitavam.
- e) A devolução do material encomendado implica multa.

TEXTO PARA A QUESTÃO 14



(Disponível em
<https://www.universodosleitores.com/2018/10/mafalda-em-10-tirinhas-realistas-e.html>)

14. Infere-se da tirinha que:

- a) a orientação espacial suscita debates
- b) até pensamentos iguais podem gerar conflitos
- c) o futuro da civilização ocidental é incerto
- d) os mais jovens estão dispostos a discutir sobre o mundo
- e) a incapacidade de diálogo impossibilita o progresso

15. Assinale a alternativa em que o segmento sublinhado desempenha uma função de adjetivo.

- a) O servidor que chegou atrasado recebeu advertência.
- b) O diretor esclareceu que não haveria aula após o incidente.
- c) Os relatórios sigilosos chegaram quando todos já estavam na repartição.
- d) O Presidente da República disse que estaria em reunião.
- e) Em um lugar frio, todos desejam estar abrigados.

LÍNGUA INGLESA

Roberto Witte

READ THE TEXT AND ANSWER THE QUESTIONS
16 TO 20.

A UNION MILITANT

Until Luiz Marinho took over Brazil's giant Metalworkers Union in the industrial suburbs of São Paulo, autoworkers militancy was vented either in strikes or factory rampages. Over the past four decades, autoworkers have joined in both, with very little effect. As president of the 100,000-member union, which represents some of Brazil's most advanced workers, Marinho has revolutionized the way union deals with management.

His idea: to bring aggression to the negotiating table rather than a picket-line scuffler.

Under Marinho's auspices, workers at Volkswagen do Brazil last year met the financial crisis by taking a wage cut in exchange for a temporary freeze on layoffs. Last Christmas, when Ford Brazil threatened to let 40% of its 6,000 workers go at a plant near São Paulo, Marinho persuaded his members to report for work every day and produce "the perfect car" – without Ford's permission. Eventually Ford agreed to a 90-day freeze on firings. A native of São Paulo State, Marinho started working in a Volkswagen factory as a shop-floor hand. He gradually got involved with union organizing after being selected for the company's Accident Prevention Committee. At 25, he was arrested and beaten up by police for protesting the company's refusal to hire more employees. He gradually climbed the union ladder until he was elected president in 1996. The big question now is whether he will enter electoral politics, possibly as a future candidate for the leftwing Worker's Party. Marinho isn't saying. But even if he stays put, his influence will keep growing.

16. What is the other word used in text that has the same meaning as "firings"?

- a) Rampages
- b) Layoffs
- c) Wage cuts
- d) Strikes
- e) Exchange

17. Luiz Marinho.....

- a) ...has always been a member of a political party
- b) ...produced some perfect cars for Ford and Volkswagen.
- c) ...all of sudden got involved with union organizing.
- d) ...will be the president of Brazil
- e) ...has had his first job as blue-collar worker.

18. What happened to workers under Marinho's auspices last year?

- a) There was a rise in their salaries, but later were dismissed.
- b) Ford permitted the workers to produce "the perfect car".
- c) The police arrested some troublesome workers.
- d) Nobody was fired for about three months at Ford.
- e) Only 40% of Ford's workers continued working.

<p>19. According to the author:</p> <p>a) Marinho will run for the presidency of the leftwing Workers' Party</p> <p>b) He was elected the president of the leftwing Workers' Party in 1996.</p> <p>c) Marinho will be arrested by the police.</p> <p>d) For sure Marinho will enter electoral politics</p> <p>e) No matter whether Marinho will be a candidate for the leftwing Workers' Party or not, his influence will continue to grow.</p> <p>20. "...Autoworker militancy was vented either in strike or factory rampages. Over the past four decades, autoworkers have joined both, with little effect" means that :</p> <p>a) Workers went on strikes and met their goals.</p> <p>b) Neither strikes nor were factories rampages were very successful</p> <p>c) Strikes and factory rampages were completely useless.</p> <p>d) Marinho's aggression to negotiation is his main idea.</p> <p>e) For 40 years a lot of things were achieved through strikes and factory rampages.</p>	<p style="text-align: center;">ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS</p> <hr/> <p style="text-align: right;">Elisabete Moreira</p> <p>21. O governo empreendedor, adotado na administração pública gerencial, caracteriza-se como um governo que pertence à comunidade. Nesse caso, aponte a alternativa correta.</p> <p>a) Aproximando-se do modelo tradicional burocrático, o governo empreendedor pretende controlar a economia, possuir empresas ou concentrar-se no "fazer" em ampla escala, estimulando a ação e a parceria da sociedade.</p> <p>b) A ação catalizadora do governo empreendedor promove a atuação conjunta dos setores público, privado e voluntário.</p> <p>c) A gestão empreendedora no setor público pressupõe a hierarquia de decisão e a responsabilização.</p> <p>d) O empreendedorismo governamental possui como foco a ação empresarial com o propósito de geração de lucros para a administração pública, a exemplo da exploração de atividades comerciais pelas empresas estatais.</p> <p>e) A gestão pública empreendedora fundamenta-se no aumento da produtividade e do rendimento das empresas públicas, de modo a gerar maior receita para o Estado.</p>
--	--

- 22.** Como meio de atuação do gestor público, a gestão de resultados depara-se com fatores que devem ser combatidos para alcançar patamares mais altos de qualidade na prestação de serviços públicos. Aponte a alternativa que apresenta os fatores que devem ser combatidos.
- a) hierarquia excessiva, paternalismo, burocracia e inflexibilidade.
- b) crescimento da área pública, terceirização em áreas meio, patrimonialismo e baixa adesão ao egov.
- c) hierarquia excessiva, patamares elevados de gratificação por resultados, patrimonialismo e inflexibilidade.
- d) crescimento da área pública, descontinuidade, burocracia e flexibilidade.
- e) hierarquia excessiva, crescimento da área pública, patrimonialismo e baixa adesão ao egov.
- 23.** As Organizações Sociais são formas consagradas de parceria entre governo e sociedade, definidas como
- a) entidades da sociedade civil, organizadas sob a forma de associação, que celebram Termo de Parceria com o setor público para execução de ações de interesse público.
- b) entidades que passam a integrar a Administração Indireta, mediante ato de qualificação vinculado ao cumprimento de indicadores de qualidade.
- c) serviços sociais autônomos, voltados à implantação de ações sociais de interesse público, parcialmente custeadas com contribuições de setores econômicos.
- d) entidades paraestatais, sujeitas ao regime jurídico privado e aos princípios aplicáveis à Administração pública, que recebem recursos públicos mediante convênios.
- e) entidades privadas, sem fins lucrativos, que recebem qualificação específica e delegação do Poder público para desempenhar serviço público não exclusivo.
- 24.** O Conselho de Administração é um grupo de pessoas que são eleitas e cuja principal responsabilidade é agir no interesse dos proprietários, monitorando e controlando formalmente os executivos de alto nível da organização. Esses executivos eleitos do Conselho de Administração, ativos e que constituem uma fonte diária de informações da organização, pertencem ao seguinte grupo:
- a) insiders – internos
- b) outsiders – externos
- c) outsiders relacionados
- d) colegiado pleno
- e) shareholders principais.

25. Acerca dos instrumentos de intermediação de interesses, julgue as alternativas a seguir:

I- O corporativismo é utilizado para remover ou neutralizar conflitos econômicos relacionados à concorrência de mercados, conflitos sociais relacionados à luta de classes e conflitos políticos relacionados a divergências partidárias.

II - No neocorporativismo ou corporativismo societal as entidades privadas conquistaram o direito de participar do processo decisório.

III – O insulamento burocrático é um mecanismo de proteção do núcleo técnico do Estado contra a interferência oriunda do público ou de outras organizações intermediárias.

Aponte a alternativa correta:

- a) I e II estão corretas
- b) I e III estão corretas
- c) II e III estão corretas
- d) I, II e III estão corretas
- e) todas estão erradas

26. A respeito do setor público e da participação da sociedade civil na gestão de políticas públicas, avalie as seguintes alternativas:

I - A composição dos conselhos de gestão não é definida pela Constituição Federal de 1988, mas por lei complementar, podendo variar de caso a caso e receber características próprias.

II - Os conselhos gestores são órgãos públicos de composição paritária entre a sociedade e o governo, não sendo exigida lei para sua criação, por serem regidos por regulamento próprio.

III - As conferências são espaços não oficiais de deliberação das diretrizes gerais de determinada política pública cujos resultados serão incorporados às agendas institucionais.

Assinale a opção correta.

- a) Somente a I está correta.

b) Somente a II está correta.

c) Somente a III está correta.

d) I, II, III estão corretas

e) Somente a I e III estão corretas.

27. Na estruturação da política de governança em uma entidade pública, o Referencial Básico de Governança Pública (TCU, 2014) aponta que as funções de governança são: avaliar, direcionar e monitorar e para que isso aconteça utiliza-se os mecanismos de liderança, estratégia e controle. Uma das práticas de governança pública relacionada ao mecanismo da Estratégia refere-se a:

- a) accountability e transparência;
- b) auditoria interna;
- c) integridade
- d) gerir riscos
- e) promover a capacidade de liderança.

<p>28. Nas últimas décadas, visando adaptar a Administração Pública às mudanças da sociedade, novas conceitos e práticas de gestão, relacionadas ao modelo gerencial, vem sendo adotadas pelos governos, à exemplo da Gestão por Resultados, da questão da governabilidade, governança, governança corporativa, entre outros. Assinale a opção que indica uma premissa discutida nos tempos atuais</p> <p>a) As eleições e o voto são mecanismos de accountability horizontal.</p> <p>b) Uma alta demanda social por accountability afeta, negativamente a capacidade de governança.</p> <p>c) Sem legitimidade, não há como se falar em governabilidade.</p> <p>d) Instâncias responsáveis pela fiscalização das prestações de contas contribuem para o desempenho da accountability vertical.</p> <p>e) Uma boa governabilidade garante uma boa governança.</p> <p>29. Após terem sido formuladas, as políticas públicas só se transformam em ações governamentais se forem implementadas. A implementação, por sua vez, pode ser conduzida segundo diferentes modelos. Caso prevaleça o modelo de baixo para cima (bottom-up), indique qual das características abaixo deverá estar presente.</p> <p>a) Cadeia de comando com foco nos decisores de alto escalão.</p> <p>b) Objetivos definidos e não-contraditórios.</p> <p>c) Envolvimento de atores públicos e privados com a implementação e avaliação da política.</p> <p>d) Baixa autonomia dos níveis médios e inferiores da gestão pública.</p>	<p>e) Ênfase na comunicação de objetivos/tarefas, coordenação de ações e responsabilização pelo cumprimento das atribuições de cada parte.</p> <p>30. Algumas discussões contemporâneas sobre formulação e implementação de políticas públicas sustentam-se em dois fundamentos:</p> <p>I . regras gerais que estabelecem o funcionamento dos sistemas político, econômico e social;</p> <p>II . conjunto de regras, mecanismos e processos que definem a forma particular como se coordenam atores e interesses na implementação de uma política pública específica.</p> <p>Esses fundamentos são denominados:</p> <p>a) burocracia de governo / espaços de negociação;</p> <p>b) ambiente institucional / arranjos institucionais;</p> <p>c) capacidades estatais / processo decisório;</p> <p>d) processo de formulação / sistema de avaliação;</p> <p>e) capacidade técnico-administrativa / controle de resultados.</p>
--	---

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

31. Três meses após a posse de João, Presidente da República, a Câmara dos Deputados, por decisão de 3/5 de seus membros, autorizou a abertura de processo por crime de responsabilidade contra o Chefe do Executivo. Encerrada a instrução, tendo sido cumprido o rito processual, o Senado Federal, por decisão de 61 Senadores, condenou João, fato que gerou a aplicação das penas de perda do mandato e inabilitação por oito anos.

A respeito do caso narrado, aponte a única alternativa correta.

- a) Em decorrência da inabilitação, pelo período de oito anos, João não poderá exercer direitos políticos ativos e nem direitos políticos passivos.
- b) O rito do processo de *impeachment* não observou o regramento constitucional, uma vez que o quórum necessário para autorizar a abertura de processo por crime de responsabilidade é o de 2/3 do total de membros da Câmara dos Deputados.
- c) No Senado Federal, 41 votos seriam suficientes para condenar o Presidente da República por crime de responsabilidade, pois o quórum exigido pela Constituição Federal é o de maioria absoluta.
- d) No processo por crime de responsabilidade, eventual condenação enseja apenas a perda do cargo, não se admitindo a aplicação de inabilitação.
- e) A condenação por crime de responsabilidade provoca a suspensão dos direitos políticos por oito anos e a perda do mandato.

32. A respeito dos direitos políticos, aponte a assertiva correta.

- a) Para exercer direitos políticos passivos, basta exercer direitos políticos ativos e estar filiado a um partido político.
- b) João sofreu condenação transitada em julgado por uso de documento falso, mas teve a pena privativa de liberdade substituída por pena restritiva de direitos. Nesse caso, João, enquanto perdurarem os efeitos da condenação, não poderá exercer a capacidade eleitoral passiva e nem a capacidade eleitoral ativa.
- c) Ainda que com a finalidade de proteger a probidade administrativa e a moralidade para exercício de mandato, não poderá o legislador, por lei infraconstitucional, estabelecer outros casos de inelegibilidade além daqueles que já foram fixados pela Constituição Federal.
- d) Para combater abuso de poder econômico, corrupção ou fraude, será cabível ação de impugnação de mandato eletivo, no prazo de 10 dias contados da diplomação, instruída com provas, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.
- e) A condenação por improbidade administrativa, além de outras penalidades, provoca a cassação de direitos políticos.

<p>33. Lei do Estado de Goiás atribuiu ao responsável solidária ao profissional de contabilidade, quanto ao pagamento de impostos e de penalidades pecuniárias, nas hipóteses em que suas ações ou omissões concorrem para a prática de infração à legislação tributária. A respeito do caso narrado, aponte a alternativa correta.</p> <p>a) A lei estadual é constitucional, porque a competência para legislar sobre direito tributário é concorrente, de forma que a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a atribuição suplementar dos estados.</p> <p>b) É formalmente inconstitucional a norma estadual, porque invade a competência da União para fixar normas gerais em matéria tributária.</p> <p>c) A norma estadual é inconstitucional, porque a competência para legislar sobre responsabilização de terceiros por infração à legislação tributária é privativa da União.</p> <p>d) A lei estadual é formalmente inconstitucional, porque cabe à lei complementar estadual dispor sobre responsabilização de terceiros por infrações tributárias.</p> <p>e) A lei estadual é inconstitucional, porque invadiu a competência da União para legislar sobre direito do trabalho.</p>	<p>34. Decreto do Presidente da República excluiu a previsão de adaptação das provas físicas para candidatos com deficiência e fixou que os critérios de aprovação dessas provas poderão seguir os mesmos critérios aplicados aos demais candidatos. Acerca do ato do Executivo, de acordo com a Constituição Federal, e nos termos do posicionamento do Supremo Tribunal Federal, aponte a única alternativa incorreta.</p> <p>a) Adaptações adicionais, nas provas físicas, de tecnologias assistivas além daquelas que o candidato com deficiência já utiliza, fere a isonomia entre os candidatos e faz prevalecer o interesse privado sobre o interesse público.</p> <p>b) É inconstitucional a interpretação que exclui o direito de candidatos com deficiência à adaptação razoável em provas físicas de concursos públicos.</p> <p>c) É inconstitucional a submissão genérica de candidatos com e sem deficiência aos mesmos critérios em provas físicas, sem a demonstração da sua necessidade para o exercício da função pública.</p> <p>d) A exclusão da previsão de adaptação das provas físicas para candidatos com deficiência viola o bloco de constitucionalidade composto pela Constituição Federal e pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada à ordem jurídica brasileira com o “status” de Emenda Constitucional.</p> <p>e) É dever do Poder Público reconhecer a condição desigual de candidatos com deficiência e trata-los de modo desigual, proporcionalmente às suas desigualdades.</p>
---	---

35. O Rio Grande do Sul pretende, mediante lei estadual, após consulta prévia à população diretamente interessada, tendo sido apresentado estudo de viabilidade, criar novo município a partir de desmembramento. Acerca do caso narrado, aponte a alternativa correta, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal e nos termos expressos na Constituição Federal.

a) A Constituição Federal veda a secessão, de forma que aos Estados-membros é vedada a criação de novos municípios por desmembramento de município existente.

b) A competência para a formação de novos municípios, por fusão ou por desmembramento, é da União, por meio de lei complementar.

c) O Rio Grande do Sul está autorizado a formar novos municípios, por fusão ou por desmembramento, uma vez que o resultado do plebiscito foi favorável e houve publicação de estudo de viabilidade. Entretanto, o assunto é reservado à lei complementar estadual.

d) O Rio Grande do Sul não poderá criar novo município antes da publicação de lei complementar federal estabelecendo o período em que a competência poderá ser exercida.

e) A criação de novos municípios, por desmembramento, é vedada pela Constituição Federal.

36. João, Presidente da República, atentou contra o exercício de direitos individuais e políticos, motivo pelo qual veio a ser acusado por Maria, brasileira, cidadã, de crime de responsabilidade. A respeito do caso narrado, aponte a assertiva incorreta.

a) Compete ao Senado Federal, após autorização da Câmara dos Deputados, julgar o Presidente da República por crime de responsabilidade.

b) Caso condenado, o Presidente da República poderá sofrer a perda do cargo e a inabilitação,

por oito anos, para o exercício de função pública.

c) Após a formalização do processo pelo Senado Federal, o Presidente da República deverá ser afastado do cargo pelo prazo limite de 180 dias.

d) A autorização da Câmara dos Deputados vincula o Senado, que deverá formalizar o processo contra o Presidente da República por crime de responsabilidade.

e) A partir do momento em que a Câmara dos Deputados toma a decisão de iniciar apuração acerca da acusação formalizada contra o Presidente da República, assegura-se ao Chefe do Executivo o contraditório e a ampla defesa.

37. Quanto ao grau de eficácia, as normas constitucionais abaixo, conforme posicionamento doutrinário e jurisprudencial, classificam-se, respectivamente, como de eficácia

Art. 5º, inciso V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

Art. 230, § 2º - Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

Art. 37, I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei (...).

a) programática, limitada e plena.

b) plena, plena e contida.

c) plena, limitada e contida.

d) plena, plena e plena.

e) contida, limitada e plena.

38. João tentou obter crédito para comprar uma bicicleta, mas teve seu pedido negado, pelo fato de o seu “score de crédito” ter baixa pontuação. Em razão da negativa, procurou o Serviço de Proteção ao Crédito (pessoa jurídica de direito privado detentora de banco de dados enviados por lojas, bancos e financeiras) para saber as razões, mas não conseguiu obter nenhuma informação. Nos termos expressos na Constituição Federal, diante da negativa de acesso a dados pessoais, João poderá fazer uso de

- a) *Habeas Data*.
- b) Mandado de Segurança.
- c) Mandado de Injunção.
- d) Ação Popular.
- e) *Habeas Corpus*.

39. Nos termos expressos na Constituição Federal, a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público, ressalvadas as hipóteses descritas na Constituição Federal. A respeito dos cargos em comissão e das funções de confiança, aponte a alternativa incorreta.

- a) Os cargos em comissão podem ser preenchidos por pessoas que não são servidoras públicas de carreira, nas condições e percentuais definidos em lei.
- b) As funções de confiança só podem ser preenchidas por servidores de carreira.
- c) As funções de confiança e os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- d) Os cargos em comissão são de livre nomeação e não dependem de concurso público para serem preenchidos.
- e) As funções de confiança e os cargos em comissão são preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei.

40. Dentre os direitos sociais abaixo, indique a alternativa que contém aquele que não foi estendido pela Constituição Federal, expressamente, ao trabalhador doméstico:

- a) Seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.
- b) Fundo de garantia do tempo de serviço.
- c) Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- d) Salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei.
- e) Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

41. Acerca dos princípios que regem a atividade da Administração Pública, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

- I - Salvo má-fé, é de cinco anos o prazo decadencial para que a administração exerça o direito de anular os atos dos quais decorram efeitos favoráveis para os destinatários.
 - II - A administração pública estará sempre sujeita preponderantemente ao regime de direito público em suas relações com os particulares.
 - III - O princípio da sindicabilidade impõe que a Administração Pública se submeta a controle, tanto realizado por ela mesma, como também pelo Poder Judiciário.
- a) V – V – F.
 - b) F – V – F.
 - c) V – V – V.
 - d) V – F – V.
 - e) F – V – V.

42. Assinale a alternativa correta, de acordo com a Constituição Federal e a Lei federal 8.112/1990:

- a) O servidor público estável somente poderá perder seu cargo após sentença judicial transitada em julgado.
- b) Durante o prazo de estágio probatório serão observados os fatores: responsabilidade, assiduidade, aptidão mental, produtividade e disciplina.
- c) O concurso público é obrigatório para contratações de empregados públicos, que são admitidos sob o regime de CLT.
- d) A promoção e a recondução são, ao mesmo tempo, formas de provimento e de vacância.
- e) Somente podem ocupar função de confiança os servidores estáveis.

43. Acerca dos Atos Administrativos e serviços públicos, assinale a alternativa correta:

- a) A motivação do ato deve conter explicitamente todas justificativas que levaram à sua prática, não podendo haver a mera referência a pareceres, propostas e informações.
- b) Um ato válido é aquele que cumpriu todas as etapas para sua formação.
- c) O silêncio administrativo produzirá efeitos jurídicos e constituirá, portanto, um ato administrativo.
- d) Diferentemente do que acontece na delegação por concessão, é desnecessária a licitação no caso de permissão de serviços públicos de transporte coletivo.
- e) A administração está vinculada aos motivos apresentados para a prática do ato, ainda que o ato seja discricionário e sua motivação espontânea.

44. O governador de um estado brasileiro editou ato para restringir determinados direitos individuais dos jurisdicionados, porém não indicou os fatos e fundamentos jurídicos que o levaram a tomar tal decisão. Uma vez que esse tipo de ato, segundo a Lei, é de motivação obrigatória, a falta desse elemento constituiu vício de:

- a) competência
- b) finalidade
- c) forma
- d) motivo
- e) objeto

45. Assinale a alternativa que contém uma definição INCORRETA, de acordo com os conceitos apresentados pela Lei de Acesso à informação:

- a) Disponibilidade é a qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.
- b) Documento é a unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato.
- c) Informação são dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento.
- d) Autenticidade é a qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.
- e) Primariedade é a qualidade da informação coletada na fonte, sem modificações.

<p>46. Considere:</p> <p>I – O controle externo, a cargo dos Tribunais de Contas, que será exercido com o auxílio do poder legislativo de cada ente.</p> <p>II – O controle realizado pelo Senado Federal quanto à escolha de autoridades pelo Presidente é classificado como controle legislativo, político e parlamentar direto.</p> <p>III – Nas situações em que o Tribunal de Contas da União (TCU) julga as contas dos responsáveis por dinheiros públicos, está exercendo controle parlamentar indireto.</p> <p>Sobre o controle da administração pública, está correto o que se afirma em:</p> <p>a) I e III, apenas. b) II e III, apenas. c) II, apenas. d) I e II, apenas. e) III, apenas.</p> <p>47. Uma concessionária de serviço público de transporte coletivo causou danos a um particular não usuário do serviço, porém não possui meios para arcar com a indenização. Sobre a situação narrada, assinale a alternativa correta:</p> <p>a) Há responsabilidade subsidiária do Poder concedente nesses casos. b) Não é possível a responsabilização objetiva da concessionária perante não usuários do serviço. c) A teoria da responsabilidade subjetiva é aplicável tanto perante usuários como não-usuários do serviço público, considerando-se que as concessionárias são empresas privadas que não integram o Poder Público. d) A responsabilidade da concessionária perante terceiros é objetiva, desde que sejam usuários do serviço.</p>	<p>e) Há responsabilidade solidária do Poder concedente nesses casos.</p> <p>48. A Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992) foi alterada recentemente pela Lei 14.230/21. Considerando essas alterações, assinale a alternativa correta:</p> <p>a) A Lei 14.230/21 trouxe novos casos de improbidade administrativa na modalidade culposa. b) É necessária a condição de cidadão, inclusive com a apresentação da certidão de quitação eleitoral, para representar contra atos de improbidade administrativa. c) A contratação de parentes para cargos públicos, conhecida como nepotismo, passou a ser prevista expressamente na LIA como causa de improbidade administrativa. d) A ação para a aplicação das sanções previstas na LIA prescreve em 6 (seis) anos. e) Não é permitida a compensação de sanções aplicadas em outras esferas, sendo mantida a independência entre elas.</p> <p>49. Segundo prevê a Lei 14.133/2021, o prazo mínimo para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, para contratação de obras sob o regime de contratação integrada, é de:</p> <p>a) 15 dias úteis. b) 25 dias úteis. c) 35 dias úteis. d) 45 dias úteis. e) 60 dias úteis.</p>
--	--

50. Com base na Lei 14.133/2021, considere as seguintes afirmações:

- I – Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, deverá obrigatoriamente ser exigida prestação de garantia para assegurar a fiel execução do contrato.
- II – O agente da contratação, designado obrigatoriamente entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes, será, em regra, o responsável pela condução da licitação.
- III – São considerados de grande vulto somente os serviços, obras e compras de valor superior a R\$ 300 milhões.

Está correto o que se afirma em:

- a) II e III, apenas.
- b) I, II e III.
- c) I e III, apenas.
- d) II, apenas.
- e) I, apenas.

51. É a qualificação dada à autarquia ou fundação que tenha celebrado contrato de gestão com o órgão da Administração Direta a que se acha vinculada, para melhoria da eficiência e redução de custos. A definição acima diz respeito a:

- a) agência reguladora.
- b) organização social.
- c) agência de regime especial.
- d) autarquia ou fundação especial.
- e) agência executiva.

52. Dentre as medidas adotadas no combate à pandemia do coronavírus (covid-19), governadores de diversos estados brasileiros emitiram decretos condicionando e restringindo atividades e direitos individuais, tais como o direito de locomoção e reunião. A edição desses atos normativos decorre diretamente do poder:

- a) Vinculado.
- b) Regulamentar.
- c) Hierárquico.
- d) De polícia.
- e) Disciplinar.

53. De acordo com a Lei 9.784/1999, conhecida como Lei do Processo Administrativo Federal, considere:

- I - O recurso administrativo será dirigido imediatamente à autoridade superior àquela que emitiu a decisão impugnada.
- II - Salvo disposição contrária em lei, o recurso administrativo terá efeito devolutivo e suspensivo.
- III – De acordo com o STF, não é constitucional a exigência de depósito prévio para interposição de recurso administrativo.

Está correto o que se afirma em:

- a) II e III, apenas.
- b) I, II e III.
- c) I e III, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I, apenas.

- 54.** Acerca da concessão e permissão de serviços públicos, assinale a alternativa correta.
- a) Na concessão ordinária, a remuneração do prestador dos serviços decorrerá exclusivamente das tarifas pagas pelos usuários.
- b) A concessão de serviço público será precedida de licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo.
- c) Na concessão patrocinada, o poder público "patrocina" a concessionária, sendo essa a única forma de remuneração desse tipo de concessão.
- d) Em casos excepcionais, a lei prevê a possibilidade de a concessão ser delegada a pessoa física.
- e) Não devem ser utilizados contratos de adesão no caso de permissão de serviço público.
- 56.** Dentre os modelos orçamentários abaixo, assinale aquele que, para distribuição dos recursos disponíveis entre as unidades orçamentárias, parte dos níveis atuais de operações e despesas de cada uma delas e analisa os acréscimos solicitados e suas respectivas justificativas, tendo por base a classificação por elementos de despesa. Neste caso, o governo estadual utiliza o
- a) Orçamento Tradicional.
- b) Sistema de Planejamento, Programação e Orçamento.
- c) Orçamento Programa.
- d) Orçamento de Base Zero.
- e) Orçamento de Desempenho.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Vinicius Nascimento

- 55.** No orçamento de determinado órgão público, foi verificado dotações destinadas à aquisição de imóveis já em utilização e à aquisição de imóveis considerados necessários à realização de obras. Tais dotações são classificadas como
- a) Investimentos; Investimentos.
- b) Investimentos; Inversões Financeiras.
- c) Inversões Financeiras; Investimentos.
- d) Transferências de Capital; Investimentos.
- e) Inversões Financeiras; Inversões Financeiras.

- 57.** Dentre os diversos princípios orçamentários previstos na legislação brasileira, está previsto o da
- a) exclusividade, que veda a inclusão de qualquer dispositivo estranho à estimativa de receita e à fixação de despesa, incluindo-se na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares.
- b) não vinculação das receitas, que, entre outros aspectos, proíbe a destinação de produto de taxas a fundos ou outras finalidades.
- c) especificação, segundo o qual as receitas e as despesas devem estar consignadas de forma discriminada, sendo vedado dotações globais.
- d) anualidade, que veda a inclusão na LOA de autorização para contratação de operações de crédito cujo serviço da dívida exceda o correspondente exercício financeiro.
- e) unicidade, que determina a apresentação e aprovação simultâneas, ainda que em leis separadas, do orçamento fiscal, do orçamento monetário e o orçamento das estatais.

Simulado Final CGU – Cargo: Auditor Federal de Finanças e Controle - Área: Correição e Combate à Corrupção –
12/03/22

- 58.** Considere que determinado órgão público possui a necessidade de construir determinada sede para aperfeiçoamento dos serviços públicos. De acordo com o projeto executivo da obra, a previsão é de 3 (três) anos para sua conclusão. Diante desse cenário, poderá ser apresentada uma emenda ao Projeto de Lei Orçamentária, porém somente poderá ser aprovada desde que
- a) indique os recursos necessários para a construção do prédio que podem ser provenientes da anulação da dotação de despesas com pessoal e seus encargos.
 - b) indique os recursos necessários para construção do prédio que podem ser provenientes da anulação das despesas com serviços da dívida.
 - c) seja compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - d) seja proposta pelo Poder Judiciário e atenda ao limite de 1,5% da Receita Corrente Líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo.
 - e) seja proposta pelo Poder Legislativo e indique que os recursos necessários para a construção do prédio serão provenientes de operações de crédito.
- 59.** De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, o Balanço Orçamentário deve especificar, por categoria econômica, as receitas por
- a) fonte e as despesas por grupo de natureza, sendo que tal demonstrativo compõe o Relatório de Gestão Fiscal que deve ser publicado ao final de cada quadrimestre.
 - b) fonte e as despesas por grupo de natureza, sendo que tal demonstrativo compõe o Relatório Resumido da Execução Orçamentária que deve ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.
 - c) fonte e as despesas por elemento de despesa, sendo que tal demonstrativo compõe o Relatório de Gestão Fiscal que deve ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.
 - d) origem e as despesas por elemento de despesa, sendo que tal demonstrativo compõe o Relatório de Gestão Fiscal que deve ser publicado ao final de cada quadrimestre.
 - e) origem e as despesas por elemento de despesa, sendo que tal demonstrativo compõe o Relatório Resumido da Execução Orçamentária que deve ser publicado ao final de cada quadrimestre.

FUNDAMENTOS DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Guilherme Sant'Anna e Tonyvan Carvalho

60. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com as seguintes finalidades, EXCETO:

- a) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União
- b) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado
- c) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União
- d) avaliar a ação governamental e a gestão dos administradores públicos federais, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial
- e) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional

61. As técnicas de controle exercidas no âmbito do Sistema de Controle Interno (SCI) do Poder Executivo Federal são as seguintes:

- a) Auditoria e Avaliação
- b) Avaliação e Consultoria
- c) Auditoria e Fiscalização
- d) Observação e Confirmação externa
- e) Auditoria e Inspeção Física

62. Considerando a estrutura de controles internos dos órgãos e entidades da Administração Pública, assinale a instância responsável por identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos, guiando o desenvolvimento e a implementação de políticas e procedimentos internos destinados a garantir que as atividades sejam realizadas de acordo com as metas e objetivos da organização.

- a) responsável pela UAIG
- b) unidades de auditoria interna singulares (Audin)
- c) terceira linha de defesa
- d) segunda linha de defesa
- e) primeira linha de defesa

63. Um dos objetivos da auditoria no setor público é o cumprimento das fiscalizações definidas no Art. 70 da CF/88. A avaliação que obtém e avalia evidências para verificar se certas atividades financeiras de um objeto obedecem às regras e regulamentos a ele aplicáveis é denominada:

- a) financeira.
- b) conformidade.
- c) operacional.
- d) contábil.
- e) de desempenho.

64. A auditoria interna governamental deve buscar auxiliar as organizações públicas a realizarem seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem:

- a) sistemática e disciplinada
- b) técnica e objetiva
- c) independente e objetiva
- d) autônoma e independente
- e) independente e subjetiva

- 65.** Em relação ao que prevê o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental, assinale a alternativa INCORRETA:
- a) Por natureza, os serviços de consultoria representam atividades de assessoria e aconselhamento, realizados a partir da solicitação específica dos gestores públicos
 - b) Os serviços de consultoria devem abordar assuntos estratégicos da gestão, como os processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos
 - c) Ao prestar serviços de consultoria, a UAIG assume algumas responsabilidades que sejam da Administração
 - d) Os serviços de consultoria devem ser condizentes com os valores, as estratégias e os objetivos da Unidade Auditada
 - e) Os trabalhos de avaliação dos processos de gestão de riscos e controles pelas UAIG devem contemplar, em especial, aspectos como a adequação e suficiência dos mecanismos de gestão de riscos e de controles estabelecidos; eficácia da gestão dos principais riscos; e conformidade das atividades executadas em relação à política de gestão de riscos da organização

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO: ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIAS E SISTEMAS ESTRUTURANTES

Herbert Almeida

- 66.** Com base nas disposições da Lei nº 13.844/2019, assinale a opção correta:
- a) cumpre à Controladoria-Geral da União dar andamento às denúncias que receber, independentemente de fundamentação.
 - b) a CGU deve velar pelo deslinde, parcial ou integral, das representações que receber, relativas a lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público.
 - c) é papel da CGU requisitar a instauração de sindicância, quando constatar ação ou omissão da autoridade competente para instaurar originariamente o procedimento de apuração.
 - d) compete à CGU avocar processos administrativos em curso perante órgão ou entidade da administração pública federal, com vistas à correção do andamento, inclusive por meio da aplicação da penalidade administrativa cabível.
 - e) a Controladoria-Geral da União receberá e decidirá os casos que configurarem improbidade administrativa e aqueles que recomendarem a indisponibilidade de bens.

<p>67. Acerca do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo federal e da Rede Nacional de Ouvidorias, é incorreto afirmar que:</p> <p>a) somente quando se tratar de informação pessoal será possível exigir os motivos que determinaram a apresentação de manifestações perante a unidade setorial do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo federal.</p> <p>b) zelar pela interlocução efetiva entre o usuário de serviços públicos e os órgãos e as entidades da administração pública federal responsáveis por esses serviços é um objetivo do Sistema de Ouvidoria.</p> <p>c) a Rede Nacional de Ouvidorias tem o objetivo de integrar as ações de simplificação desenvolvidas pelas unidades de ouvidoria dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mas a sua adesão é voluntária.</p> <p>d) as atividades de ouvidoria das unidades setoriais do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo federal ficarão sujeitas à orientação normativa e à supervisão técnica do órgão central.</p> <p>e) sempre que solicitadas, ou para atender a procedimento regularmente instituído, as unidades setoriais do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo federal remeterão ao órgão central dados e informações sobre as atividades de ouvidoria realizadas.</p> <p>68. O julgamento de processo administrativo disciplinar no âmbito das competências do Órgão Central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, nos termos do Decreto nº 5.480/2005, é atribuição do:</p> <p>a) Presidente da República;</p> <p>b) Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União, nas hipóteses, dentre outras, de aplicação de pena de demissão;</p>	<p>c) Corregedor-Geral da União, independentemente da graduação da penalidade;</p> <p>d) Ministro da Economia;</p> <p>e) Corregedor-Geral adjunto, para aplicação da penalidade de advertência.</p> <p>69. O Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal foi instituído pelo Decreto nº 10.756/2021. Acerca desse tema, assinale a opção correta:</p> <p>a) as funções de integridade representam um conjunto estruturado de medidas institucionais para prevenção, detecção, punição e remediação de práticas de corrupção e fraude, de irregularidades e de outros desvios éticos e de conduta.</p> <p>b) o plano de integridade deve ser elaborado pela unidade setorial e aprovado pelo órgão central do Sipef.</p> <p>c) as unidades setoriais do Sipef não se subordinam administrativamente aos órgãos ou entidades da administração pública federal, uma vez que se submetem à supervisão técnica do órgão central.</p> <p>d) o Sipef tem como objetivo a coordenação das atividades relativas à integridade, mas não goza de competência para estabelecer padrões para as medidas de integridade, uma vez que essas disposições devem ser disciplinadas em lei em sentido estrito.</p> <p>e) insere-se na competência do órgão central do Sipef a orientação de atividades relativas à gestão dos riscos para a integridade.</p>
--	--

Simulado Final CGU – Cargo: Auditor Federal de Finanças e Controle - Área: Correição e Combate à Corrupção –
12/03/22

<p>70. Sobre as diretorias que compõem as secretarias da Controladoria-Geral da União, pode-se afirmar que:</p> <p>a) a Diretoria de Acordos de Leniência é encarregada de realizar tratativas e firmar os acordos de leniência com as pessoas jurídicas interessadas em firmar esse tipo de ajuste.</p> <p>b) a Diretoria de Auditoria de Políticas Econômicas e de Desenvolvimento da Secretaria Federal de Controle Interno verifica, certifica e controla as tomadas de contas especiais.</p> <p>c) Diretoria de Gestão do Sistema de Correição do Poder Executivo federal analisa denúncias e quaisquer outras informações que noticiem irregularidades praticadas por servidores, com a sugestão do encaminhamento devido.</p> <p>d) a Diretoria de Responsabilização de Entes Privados é encarregada de supervisionar, coordenar e orientar a atuação das unidades da Controladoria-Geral da União nas negociações dos acordos de leniência.</p> <p>e) a Diretoria de Prevenção da Corrupção fomenta iniciativas para incrementar a integridade nos setores público e privado.</p>	<p>c) A intimação do interessado no processo observará a antecedência mínima de três dias úteis quanto à data de comparecimento.</p> <p>d) Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até trinta dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.</p> <p>e) Encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo máximo de dez dias, salvo se outro prazo for legalmente fixado.</p> <p>72. Considerando o acordo de não persecução cível previsto na Lei 8.429/1992, com redação dada pela Lei 14.230/2021, é correto afirmar que:</p> <p>a) Será celebrado pelo ente federativo lesado, com oitiva do Poder Judiciário.</p> <p>b) Dependerá de homologação judicial exclusivamente no caso de o acordo ocorrer depois do ajuizamento da ação de improbidade administrativa.</p> <p>c) Considerará a repercussão social do ato de improbidade.</p> <p>d) Permitirá a redução em até 2/3 (dois terços) o valor do dano causado ao erário.</p> <p>e) Não poderá ser celebrado após a prolação da sentença condenatória ou no momento da execução da sentença condenatória, em virtude da desconstituição da presunção de inocência em favor do condenado operada pelo respectivo trânsito em julgado.</p>
<p>DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR</p> <p>Antônio Daud, Vanessa Arns e Antônio Pequeno</p> <p>71. Acerca dos prazos previstos na Lei 9.784/1999, é INCORRETO afirmar que:</p> <p>a) Em regra, os atos do órgão responsável pelo processo e os atos dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de cinco dias.</p> <p>b) Como regra geral, o parecer obrigatório de órgão consultivo deverá ser emitido no prazo máximo de quinze dias úteis.</p>	

- 73.** À luz das disposições contidas na Lei 12.813/2013, NÃO configura conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal:
- a) divulgar ou fazer uso de informação privilegiada, em proveito próprio ou de terceiro, obtida em razão das atividades exercidas.
 - b) exercer atividade que implique a prestação de serviços a pessoa jurídica que tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe.
 - c) atuar informalmente como procurador de interesses privados nos órgãos da administração pública de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - d) receber presente de quem tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe dentro dos limites estabelecidos em regulamento.
 - e) prestar serviços eventuais a empresa cuja atividade seja controlada, fiscalizada ou regulada pelo ente ao qual o agente público está vinculado.
- 74.** No que se refere à Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), marque a alternativa INCORRETA:
- a) No âmbito do Poder Executivo federal, a Controladoria-Geral da União terá competência concorrente para instaurar processos administrativos de responsabilização de pessoas jurídicas ou para avocar os processos instaurados, para exame de sua regularidade ou para corrigir-lhes o andamento.
 - b) Em regra, competem à Controladoria-Geral da União a apuração, o processo e o julgamento dos atos lesivos praticados contra a administração pública estrangeira.
 - c) A Controladoria-Geral da União é o órgão competente para celebrar os acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo federal,

- bem como no caso de atos lesivos praticados contra a administração pública estrangeira.
- d) As sociedades controladoras de pessoas jurídicas que praticaram atos lesivos em desfavor da Administração Pública serão subsidiariamente responsáveis pelas condenações aplicadas com base na Lei Anticorrupção, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.
 - e) Constitui ato lesivo à administração pública a conduta de dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos ou agentes públicos.
- 75.** Segundo dispõe a Lei de Conflito de Interesses (Lei nº 12.813/2013), é correto afirmar que:
- a) informação privilegiada resulta do confronto entre interesses públicos e privados, em magnitude tal que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública.
 - b) conflito de interesses envolve assuntos relevantes ao processo de decisão no âmbito do Poder Executivo federal que tenha repercussão econômica ou financeira e que não seja de amplo conhecimento público.
 - c) a ocorrência de conflito de interesses depende da existência de lesão ao patrimônio público ou do recebimento de vantagem pelo agente público.
 - d) compete à Comissão de Ética Pública do Poder Executivo federal e à Controladoria-Geral da União, conforme o caso, fiscalizar a aplicação de recursos da União repassados a estados, ao Distrito Federal e a municípios.
 - e) os ministros de Estado deverão divulgar, diariamente, por meio da internet, sua agenda de compromissos públicos.

76. A Lei nº 12.846/2013 dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. – conhecida como “Lei Anticorrupção” - estabelece um regime de responsabilidade especial para pessoas jurídicas. Tal lei:

- a) é aplicável aos atos lesivos praticados por pessoa jurídica brasileira contra organizações públicas internacionais, ainda que cometidos no exterior.
- b) estabelece, nas hipóteses de fusão e incorporação, a responsabilidade ilimitada da pessoa jurídica sucessora pelos atos e fatos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação.
- c) estabelece a responsabilização penal objetiva das pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos à administração pública.
- d) permite que a Controladoria Geral da União aplique sanção de dissolução compulsória da pessoa jurídica, quando comprovado ter sido a personalidade jurídica utilizada de forma habitual para facilitar ou promover a prática de atos ilícitos, ou ter sido constituída para ocultar ou dissimular interesses ilícitos ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.
- e) atribui legitimidade concorrente às Defensorias Públicas da União e dos Estados e à Advocacia Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para ajuizamento de ação com vistas à aplicação das sanções previstas na referida legislação.

77. O Decreto n. 5.687, de 31 de janeiro de 2006 promulga a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 31 de outubro de 2003 e assinada pelo Brasil em 9 de dezembro de 2003. Sobre tal convenção, é incorrecto afirmar que:

- a) Entre suas finalidades estão promover, facilitar e apoiar a cooperação internacional e a assistência técnica na prevenção e na luta contra a corrupção, incluída a recuperação de ativos
- b) Por “funcionário de uma organização internacional pública” se entenderá um funcionário público internacional ou toda pessoa que tal organização tenha autorizado a atuar em seu nome;
- c) Os Estados Partes cumprirão suas obrigações de acordo com a presente Convenção em consonância com os princípios de igualdade soberana e integridade territorial dos Estados, assim como de não intervenção nos assuntos internos de outros Estados.
- d) Cada Estado Parte considerará a possibilidade de incorporar em seu ordenamento jurídico interno medidas apropriadas para proporcionar proteção contra todo trato injusto às pessoas que denunciem ante as autoridades competentes, de boa-fé e com motivos razoáveis, quaisquer feitos relacionados com os delitos qualificados de acordo com a presente Convenção.
- e) Para a aplicação da presente Convenção é necessário que os delitos enunciados nela produzam dano ou prejuízo patrimonial ao Estado.

78. O Decreto n. 3.678, de 30 DE NOVEMBRO DE 2000 promulga a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, concluída em Paris, em 17 de dezembro de 1997. Sobre tal convenção, é incorreto afirmar que:

- a) Entre as preocupações da convenção, as partes consideram que a corrupção é um fenômeno difundido nas Transações Comerciais Internacionais, incluindo o comércio e o investimento, que desperta sérias preocupações morais e políticas, abala a boa governança e o desenvolvimento econômico, e distorce as condições internacionais de competitividade;
- b) É delito criminal qualquer pessoa intencionalmente oferecer, prometer ou dar qualquer vantagem pecuniária indevida ou de outra natureza, seja diretamente ou por intermediários, a um funcionário público estrangeiro, para esse funcionário ou para terceiros;
- c) Cada Parte deverá tomar todas as medidas necessárias ao estabelecimento de que a cumplicidade, inclusive por incitamento, auxílio ou encorajamento, ou a autorização de ato de corrupção de um funcionário público estrangeiro é um delito criminal.
- d) Para o propósito da convenção, "país estrangeiro" inclui todos os níveis e subdivisões de governo, do federal ao municipal;
- e) A Parte que tornou o delito de corrupção de seu próprio funcionário público um delito declarado para o propósito da aplicação de sua legislação sobre lavagem de dinheiro deverá levar em consideração o país de titularidade do funcionário público estrangeiro, considerando o local de ocorrência da corrupção.

79. Considerando-se o direito internacional privado, a remissão feita por lei estrangeira:

- a) não é de ser considerada quando se tiver que aplicá-la;
- b) é de ser considerada sempre em sua aplicação, sob pena de mutilar o elemento de qualificação;
- c) é de ser considerada em sua aplicação nos estritos limites da Lei de Introdução à Normas do Direito Brasileiro;
- d) só é de ser considerada quando a remissão for de 2.º grau, não, porém, quando for de 1.º grau.
- e) nenhuma das alternativas está correta.

80. Considerando a imunidade de jurisdição e de execução do Estado estrangeiro e de seus bens e de organismos internacionais, assinale a alternativa correta:

- a) Não há imunidade de execução de bens de Estado estrangeiro para cumprimento de dívidas trabalhistas.
- b) A imunidade absoluta de jurisdição de Estado estrangeiro em matéria trabalhista vigorou no Brasil até a promulgação da Constituição de 1988, sendo flexibilizada somente pelo art. 114, que estabeleceu a competência da Justiça do Trabalho para ações trabalhistas envolvendo entes de direito público externo.
- c) A imunidade de jurisdição de Estado estrangeiro em matéria trabalhista foi flexibilizada no Brasil em função da evolução do costume internacional sobre a matéria.
- d) Organismos internacionais gozam de imunidade de jurisdição em igualdade de condições com Estados estrangeiros.
- e) nenhuma das alternativas está correta.

<p>81. Constitui requisito para a tipificação do crime de organização criminosa</p> <p>a) a prática de crimes cuja pena máxima seja igual ou superior a cinco anos.</p> <p>b) a atuação de estrutura organizacional voltada à obtenção de vantagem exclusivamente econômica.</p> <p>c) a divisão de tarefas entre o grupo, mesmo que informalmente.</p> <p>d) a prática de crimes antecedentes exclusivamente transnacionais.</p> <p>e) a estruturação formal de grupo constituído por três ou mais pessoas</p> <p>82. Diante do constante noticiário jornalístico sobre a aplicabilidade da Lei nº 12.850/13 (Lei de Organização Criminosa), determinado deputado estadual solicita esclarecimentos ao advogado da Assembleia Legislativa sobre as previsões do referido diploma legal.</p> <p>Sobre a lei mencionada, caberá ao advogado esclarecer que</p> <p>a) a legislação brasileira não prevê o conceito de organização criminosa, mas tão só os tratados internacionais, de modo que deve o aplicador da lei buscar o complemento da norma em outros diplomas.</p> <p>b) o agente, caso além de praticar o crime de constituir organização criminosa execute outros delitos na condição de membro da organização, responderá apenas pelo primeiro, ficando os demais absorvidos.</p> <p>c) aquele que embaraça a investigação penal de infração que envolve organização criminosa também poderá ser responsabilizado, mas com pena em abstrato reduzida pela metade.</p> <p>d) o agente incidirá em causa de aumento de pena sobre o delito de constituir organização criminosa se nesta houver participação de</p>	<p>funcionário público, desde que a organização se valha dessa condição para praticar a infração penal.</p> <p>e) o emprego de arma de fogo pela organização justifica o aumento de pena em até a metade, mas a participação de adolescente não influí na pena do crime de constituir organização criminosa.</p> <p>83. Segundo os dispositivos da Lei nº 13.869/2019, que define os crimes de abuso de autoridade, acerca dos efeitos da condenação e das penas restritivas de direitos, assinale a afirmativa correta.</p> <p>a) As penas restritivas de direitos podem ser aplicadas autônoma ou cumulativamente.</p> <p>b) Deve o Juiz, a requerimento do ofendido, fixar na sentença o valor máximo para reparação dos danos causados pelo crime, considerando o caráter punitivo da obrigação de indenizar.</p> <p>c) A perda do cargo, do mandato ou da função pública decorre automaticamente da condenação por crime de abuso de autoridade.</p> <p>d) Em caso de reincidência em crime de abuso de autoridade, é prevista pena de inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 2 (dois) a 8 (oito) anos.</p> <p>e) O sujeito ativo do crime de abuso de autoridade poderá ser condenado à pena restritiva de direitos cumulada com a privativa de liberdade.</p>
--	---

Simulado Final CGU – Cargo: Auditor Federal de Finanças e Controle - Área: Correição e Combate à Corrupção –
12/03/22

<p>84. Referente à Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019), assinale a alternativa INCORRETA.</p> <p>a) A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade.</p> <p>b) Os crimes previstos nessa Lei são de ação penal pública incondicionada.</p> <p>c) São possíveis efeitos da condenação, dentre outros, a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de um a oito anos.</p> <p>d) A perda do cargo, do mandato ou da função pública, como efeito da condenação, está condicionada à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade e não é automática, devendo ser declarada motivadamente na sentença.</p> <p>e) Entre as possíveis penas restritivas de direitos substitutivas das privativas de liberdade, está a suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de um a seis meses, com a perda dos vencimentos e das vantagens</p> <p>85. A Lei nº 9.613/1998 tipifica, no respectivo art. 1º, os crimes de lavagem de dinheiro, com enquadramento penal básico consistente na ocultação ou dissimulação da natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal, ao tempo em que estabelece, nos arts. 2º a 7º, disposições especiais referentes a processo e julgamento, bem como aos efeitos pessoais e patrimoniais de eventual condenação.</p> <p>Considerando os aspectos legais referentes à lavagem de dinheiro e o fato de que ela se desenvolve em fases que eventualmente se superpõem ou comunicam, assinale a alternativa correta</p>	<p>a) primeira fase da lavagem de dinheiro, denominada “dissimulação” (layering), é caracterizada por uma multiplicidade de operações e transações realizadas mediante empresas e contas sem aparente relação com o agente envolvido na prática delituosa, tornando impossível ou extremamente difícil identificar a origem ilícita dos bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal.</p> <p>b) Os crimes de lavagem de dinheiro somente se configuram caso sejam cometidos de forma reiterada ou se a infração penal antecedente tiver sido praticada por organização criminosa.</p> <p>c) A pena para os crimes de lavagem de dinheiro poderá ser reduzida de um a dois terços e ser cumprida em regime semiaberto ou aberto, sendo possível ao juiz deixar de aplicá-la ou substituí-la, a qualquer tempo, por pena restritiva de direitos, se o agente, no curso de investigação ou processo, colaborar espontaneamente com as autoridades, prestando esclarecimentos que conduzam à apuração das infrações penais, à identificação dos autores, coautores e partícipes, ou à localização dos bens, direitos ou valores objeto da infração penal.</p> <p>d) Os tipos penais de lavagem de dinheiro admitem a forma culposa, em que o agente criminoso dá causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.</p> <p>e) O processo e julgamento dos crimes de lavagem de dinheiro são de competência exclusiva da Justiça Federal.</p>
---	---

86. A Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que sofreu profundas alterações com a Lei nº 12.683/12, dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, além da prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesse mesmo diploma legal. Alguns dos bens jurídicos protegidos pelos ilícitos penais previstos na Lei são Estado, coletividade e, de maneira secundária, eventual particular prejudicado

Com base nas previsões da legislação penal supramencionada, é correto afirmar que:

- a) aquele que participa de associação em que a atividade apenas secundária é dirigida à prática de crimes previstos na Lei nº 9.613/98, ainda que tenha conhecimento dessa situação, não será responsabilizado com as penas do crime de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores;
- b) em sendo os valores ilícitos ocultados produtos de infrações penais anteriores praticadas por terceiros, não restará configurado o crime de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores;
- c) o crime de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores não é punível na forma tentada, ou seja, quando não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente;
- d) por ter natureza permanente, não há aumento da pena quando os crimes da Lei nº 9.613/98 forem praticados de forma reiterada, em diferentes momentos, por um mesmo agente;
- e) em sendo os crimes da Lei nº 9.613/98 praticados por intermédio de organização criminosa, aplica-se causa de aumento de pena.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

87. No que diz respeito às pessoas naturais e às pessoas jurídicas, assinale a alternativa correta, de acordo com o que prevê o Código Civil de 2002:

- a) Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, cessando tais direitos com a morte da pessoa natural.
- b) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a publicação do ato constitutivo no Diário Oficial da região de subscrição do registro.
- c) A criação e utilização de um pseudônimo são expressamente proibidas segundo a lei brasileira, em razão da vedação ao anonimato.
- d) Em razão da dissociação existente entre a pessoa natural e a pessoa física, esta última não pode sofrer dano moral.
- e) No Brasil, adotou-se a teoria natalista, segundo a qual a personalidade da pessoa natural começa a partir do nascimento com vida.

88. Quanto aos bens previstos no Código Civil de 2002, assinale a alternativa correta:

- a) Os bens públicos estão sujeitos a usucapião em razão da função da coisa pública.
- b) Para fins legais, são consideradas bens móveis as energias que tenham valor econômico.
- c) São fungíveis os bens móveis que não podem ser substituídos por outros, ainda que da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- d) Os frutos e produtos que ainda integrarem o bem principal não podem ser objeto de negócio jurídico.
- e) Aquilo que se incorporar o solo artificialmente não é considerado bem imóvel.

89. Joel, estagiário da CGU, sonhava em adquirir um carro da marca XYZ. Quando atingiu a quantia necessária, foi até a concessionária de automóveis de sua cidade e sem solicitar qualquer orientação, comprou o carro que acreditava ser da marca dos seus sonhos. Ao levar seu novo automóvel para alguns ajustes na oficina mecânica, descobriu que se tratava, na verdade, de um carro da marca ZXY. Diante da situação narrada, assinale a alternativa que está de acordo com o Código Civil de 2002:

- a) O negócio jurídico celebrado por Joel estava eivado pelo vício de erro substancial quanto à natureza do objeto, podendo, portanto, ser anulado.
- b) O negócio jurídico celebrado por Joel estava eivado pelo vício de lesão, pois a concessionária, em razão da suposta inexperiência do cliente, tinha o dever de orientá-lo. Em razão disso, o negócio pode ser anulado.
- c) O negócio jurídico celebrado por Joel estava eivado pelo vício de fraude contra credores, pois ao vender um carro da marca diferente daquela desejada pelo cliente, a concessionária fraudou o negócio. Em razão disso, o negócio pode ser anulado.
- d) O negócio jurídico celebrado por Joel estava eivado pelo vício de erro substancial quanto à natureza do negócio, podendo, portanto, tornar-se nulo.
- e) O negócio jurídico celebrado por Joel estava eivado pelo vício de dolo, uma vez que a concessionária agiu maliciosamente para vender um automóvel de marca diferente. Em razão disso, o negócio pode ser anulado.

90. Assinale, dentre as alternativas a seguir, aquela que não implica em uma causa que interrompe ou suspende a prescrição, de acordo com o Código Civil de 2002:

- a) Não corre a prescrição entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.
- b) Não corre a prescrição contra os menores de 16 anos de idade.
- c) Não corre a prescrição contra os ausentes do país em serviço a pessoa jurídica de direito privado em benefício da União.
- d) Não corre a prescrição entre tutelados ou curatelados e seus tutores ou curadores, durante a tutela ou curatela.
- e) Não corre a prescrição contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, em tempo de guerra.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

91. Supondo que houvesse um atentado terrorista no Brasil e, em resposta, fosse encaminhada pelo Presidente da República proposta de Emenda Constitucional para a criação de Tribunal *ad hoc*, com atribuição tão somente de julgar os fatos que se deram nesse evento, podemos afirmar corretamente, considerando os princípios gerais do direito processual, que:

- a) é viável a criação de Tribunal para o julgamento de fatos anteriores.
- b) é viável a criação do Tribunal, desde que assegurado o direito ao contraditório dos envolvidos.
- c) a proposta é viável desde que o Tribunal adote o modelo do júri.
- d) a proposta é inviável, pois o princípio do juiz natural veda a criação de juízos após os fatos investigados.
- e) a proposta é inviável, pois é impossível a criação de novos órgãos judiciais.

92. De acordo com o artigo 281 do CPC/2015, "anulado o ato, consideram-se de nenhum efeito todos os subsequentes que dele dependam, todavia, a nulidade de uma parte do ato não prejudicará as outras que dela sejam independentes".

No campo do direito probatório, quando declarada a nulidade de uma das provas, a nulidade das provas posteriores que sejam dependentes da prova anulada também deve ser decretada. Essa norma geral é conhecida como:

- a) teoria dos frutos da árvore envenenada.
- b) teoria da responsabilidade objetiva do Estado.

- c) princípio do contraditório.
- d) princípio da paridade de armas.
- e) princípio da recorribilidade ampla e irrestrita.

93. Sobre a possibilidade de reorganização do processo por ato das partes, podemos afirmar que:

- a) os negócios processuais devem ser homologados pelo juiz.
- b) os negócios processuais só podem ser firmados no curso de processo judicial.
- c) só é viável a realização de negócio processual quando o direito discutido admitir autocomposição.
- d) o objeto dos negócios processuais é limitado, restringindo-se às hipóteses típicas previstas no CPC/2015.
- e) a fixação de calendário processual não depende da concordância do juiz.

94. Sobre a ação civil pública, podemos afirmar que:

- a) é uma ação de controle objetivo de constitucionalidade.
- b) só o Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública.
- c) é a ação adequada para se impor sanção cível aos agentes públicos ímparobos.
- d) é ação voltada à defesa de direitos coletivos *lato sensu*.
- e) é ação de rito sumário que não comporta produção probatória.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

95. Em relação a lei penal no espaço, assinale a alternativa correta.

- a) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro os crimes contra a vida ou a honra do Presidente da República, é uma hipótese de extraterritorialidade incondicionada e aplica-se o princípio da proteção.
- b) A pena cumprida no estrangeiro computada a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é atenuada, quando idênticas.
- c) Trata-se de hipótese de extraterritorialidade incondicionada, os crimes contra a administração pública, por qualquer que seja o agente, aplicando-se o princípio da proteção.
- d) Considera-se praticado o crime no lugar da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado, aplicando-se a teoria da atividade.
- e) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro os crimes que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir, se tratando de hipótese de extraterritorialidade condicionada e aplicando o princípio da justiça cosmopolita.

96. Após uma briga com o seu desafeto, Luiz, José decidiu tirar a vida deste. José se desloca até a residência de Luiz e desfere 3 tiros contra este. Contudo, José muda de ideia e leva a vítima ao hospital. A conduta posterior de José acaba salvando a vida de Luiz, que não teve sequelas em decorrência dos disparos. Considerando o caso hipotético, assinale a alternativa correta.

a) A conduta de José é atípica, pois sua conduta de levar Luiz ao hospital, salvou a vida deste.

b) Houve a desistência voluntária, sendo que José responderá pelos atos já praticados.

c) Houve ao arrependimento eficaz, sendo que José responderá pelos atos já praticados.

d) Houve o arrependimento posterior, sendo que José responderá pelos atos já praticados.

e) Houve o arrependimento posterior, e José fará jus a uma diminuição de um a dois terços.

97. Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza, configura o crime de:

- a) Concussão.
- b) Excesso de exação.
- c) Corrupção.
- d) Prevaricação.
- e) Condescendência criminosa.

98. Assinale a alternativa que NÃO contém uma causa interruptiva da prescrição.

- a) Enquanto não cumprido ou não rescindido o acordo de não persecução penal.
- b) O início ou continuação do cumprimento da pena.
- c) O recebimento da denúncia ou da queixa.
- d) A publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis.
- e) A reincidência.

<p>99. Segundo o Código de Processo Penal, o inquérito policial deverá terminar no prazo de:</p> <p>a) 15 dias, e o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto.</p> <p>b) 5 dias, e o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, ou no prazo de 10 dias, quando estiver solto.</p> <p>c) 10 dias, e o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, ou no prazo de 20 dias, quando estiver solto.</p> <p>d) 10 dias, e o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto.</p> <p>e) 30 dias, e o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, ou no prazo de 90 dias, quando estiver solto.</p> <p>100. No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará:</p> <p>a) ao cônjuge ou ascendente.</p> <p>b) ao ascendente, descendente ou parente até 3º grau.</p> <p>c) ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.</p> <p>d) ao cônjuge, ascendente ou parente até 3º grau.</p> <p>e) ao ascendente, descendente ou irmão.</p> <p>101. Em relação a sentença, considere os próximos itens.</p> <p>I – Qualquer das partes poderá, no prazo de 2 (dois) dias, pedir ao juiz que declare a sentença, sempre que nela houver obscuridade, ambiguidade, contradição ou omissão.</p>	<p>II – O juiz absolverá o réu, mencionando a causa na parte dispositiva, desde que reconheça não haver prova da existência do fato.</p> <p>III – Nos crimes de ação pública, o juiz poderá proferir sentença condenatória, ainda que o Ministério Público tenha opinado pela absolvição, bem como reconhecer agravantes, embora nenhuma tenha sido alegada.</p> <p>Está correto apenas o disposto em:</p> <p>a) I, II e III.</p> <p>b) II.</p> <p>c) III.</p> <p>d) II e III.</p> <p>e) Nenhuma das alternativas.</p> <p>102. Em relação ao tema provas previsto no Código de Processo Penal, é correto afirmar que:</p> <p>a) a confissão será indivisível e retratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto.</p> <p>b) o juiz ficará adstrito ao laudo, não podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo</p> <p>c) não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a confissão poderá suprir-lhe a falta.</p> <p>d) Não será permitida a apreensão de documento em poder do defensor do acusado, mesmo quando constituir elemento do corpo de delito.</p> <p>e) a testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor. Poderão, entretanto, recusar-se a fazê-lo o ascendente ou descendente, o afim em linha reta, o cônjuge, ainda que desquitado, o irmão e o pai, a mãe, ou o filho adotivo do acusado, salvo quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias.</p>
---	--

DIREITO EMPRESARIAL

Cadu Carrijo

103. Sobre o direito societário e a participação de sócio incapaz, assinale a alternativa incorreta:

- a) o capital social deve ser totalmente integralizado.
- b) o sócio relativamente incapaz deve ser assistido.
- c) o representante ou assistente do incapaz que, por disposição de lei, não puder exercer atividade de empresário, nomeará, independente de autorização judicial, um ou mais gerentes.
- d) o sócio absolutamente incapaz deve ser representado por seus representantes legais.
- e) o sócio incapaz não pode exercer a administração da sociedade.

104. Acerca do Conselho Fiscal das Sociedades Anônimas, assinale a alternativa correta:

- a) O conselho fiscal será composto de, no mínimo, cinco e, no máximo, sete membros, e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos pela assembléia-geral.
- b) Somente podem ser eleitos para o conselho fiscal pessoas naturais, residentes no País, diplomadas em curso de nível universitário, ou que tenham exercido por prazo mínimo de cinco anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal.
- c) Os membros do conselho fiscal, ou ao menos um deles, deverão comparecer às reuniões da assembléia-geral e responder aos pedidos de informações formulados pelos acionistas.
- d) O membro do conselho fiscal é responsável pelos atos ilícitos de outros membros.

e) A função de membro do conselho fiscal é delegável.

105. Sobre as ações de uma sociedade anônima, não é correto afirmar que:

- a) O número e o valor nominal das ações somente poderão ser alterados nos casos de modificação do valor do capital social ou da sua expressão monetária, de desdobramento ou grupamento de ações, ou de cancelamento de ações autorizado em lei.
- b) O estatuto fixará o número das ações em que se divide o capital social e estabelecerá se as ações terão, ou não, valor nominal.
- c) As ações ordinárias de companhia fechada não poderão ser de classes diversas
- d) É vedada a emissão de ações por preço inferior ao seu valor nominal.
- e) O estatuto pode assegurar a uma ou mais classes de ações preferenciais o direito de eleger, em votação em separado, um ou mais membros dos órgãos de administração.

106. Na sociedade em conta de participação, a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo. Acerca do tema, julgue os seguintes itens:

- I) Salvo estipulação em contrário, o sócio ostensivo não pode admitir novo sócio sem o consentimento expresso dos demais.
- II) A constituição da sociedade em conta de participação depende do respectivo registro.
- III) O sócio ostensivo exerce a atividade em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais dos resultados correspondentes.

É correto:

- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente a afirmativa II estiver correta.
- c) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- d) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

107. No que tange às sociedades limitadas, é incorreto afirmar:

- a) O capital social divide-se em quotas, iguais ou desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio.
- b) Na omissão do contrato, o sócio não poderá ceder sua quota.
- c) A quota é indivisível em relação à sociedade, salvo para efeito de transferência, caso em que se observará o disposto no artigo seguinte.
- d) É vedada contribuição que consista em prestação de serviços.

e) O contrato social poderá prever a regência supletiva da sociedade limitada pelas normas das sociedades anônimas.

108. Sobre as sociedades limitadas, assinale a afirmativa correta.

- a) A designação de administradores não sócios dependerá de aprovação de mais da metade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado.
- b) O uso da firma ou denominação social é privativo dos administradores que tenham os necessários poderes.
- c) A renúncia de administrador torna-se eficaz, em relação à sociedade, após a averbação e publicação.
- d) A designação de administradores não sócios dependerá de aprovação unânime dos sócios se realizada após a integralização do capital.
- e) A sociedade limitada é administrada por apenas uma pessoa designada, exclusivamente, no contrato social.

<p>109. Em relação às sociedades coligadas, controladoras e controladas, analise as afirmativas a seguir.</p> <p>I) São coligadas as sociedades nas quais a investidora tenha influência significativa.</p> <p>II) Considera-se controlada a sociedade na qual a controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.</p> <p>III) É permitida a participação recíproca entre a companhia e suas coligadas ou controladas.</p> <p>a) se somente a afirmativa I estiver correta.</p> <p>b) se somente a afirmativa II estiver correta.</p> <p>c) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.</p> <p>d) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.</p> <p>e) se todas as afirmativas estiverem corretas.</p> <p>110. Acerca da transformação, fusão, incorporação e cisão das sociedades: Assinale:</p> <p>I) A cisão é a operação pela qual a companhia transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes, extinguindo-se a companhia cindida, se houver versão de todo o seu patrimônio, ou dividindo-se o seu capital, se parcial a versão.</p> <p>II) A fusão é a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações.</p> <p>III) A incorporação é a operação pela qual a sociedade passa, independentemente de dissolução e liquidação, de um tipo para outro.</p>	<p>Alternativas</p> <p>a) se somente a afirmativa I estiver correta.</p> <p>b) se somente a afirmativa II estiver correta.</p> <p>c) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.</p> <p>d) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.</p> <p>e) se todas as afirmativas estiverem corretas.</p>
--	--

Gabarito

<https://bit.ly/Simulado-CGU-Correição-e-Combate-à-Corrupção-12-03-22>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>